

JULGAMENTO DA SUJUP-II GETRI
RECORRIDO: RESOLUÇÃO
245/2016

EMENTA: EMITIR DOCUMENTO FISCAL CONSIDERADO INIDÔNEO - INSCRIÇÃO ESTADUAL SUSPENSÃO - NÃO SUBSUNÇÃO DO FATO À NORMA - NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO - RECURSO PROVIDO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA

Nos termos do art. 635, VI, do RICMS/ES, é considerado inidôneo o documento fiscal emitido por pessoa que não esteja em situação regular perante o Fisco. Ficou provado nos autos que a prática do ilícito não vulnerou a penalidade prevista no art. 75, § 3.º, VII, da Lei n.º 7.000/2001, constante no lançamento, pois restou evidenciado que o documento não foi utilizado para iludir o Fisco, nem para eximir-se do pagamento do imposto, muito menos para propiciar a terceiros o não pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem fiscal indevida.

Além do mais, no caso dos autos, houve a emissão de documentos fiscais destinados ao consumidor final e o respectivo lançamento a débito do imposto na escrita fiscal do contribuinte, não havendo, portanto, subsunção do fato à norma, o que causa a nulidade do lançamento.

DECISÃO

ACORDA a Primeira Câmara de Julgamento do Conselho Estadual de Recursos Fiscais em conhecer do recurso e, à unanimidade, dar-lhe provimento, para reformar a decisão de primeira instância, julgando nulo o auto de infração, ressaltando ao Fisco o direito de efetuar um novo lançamento para os fatos geradores ainda não alcançados pela decadência, de conformidade com o relatório e voto do conselheiro relator que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Vitória, 12 de Setembro de 2017.

GUSTAVO ASSIS GUERRA
Presidente
EDÉSIO MEDEIROS ASSAD
Relator
RAFAEL INDUZZI DREWS
Procurador - Representante da Fazenda Pública Estadual

Protocolo 344398

RECURSO DE OFÍCIO

ACÓRDÃO N.º 0390/2017 DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

PROCESSO N.º: 70151083 - CERF 1030/2016
A. I. 5.011.774-4
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 081.983.72-7
SUJEITO PASSIVO: NATILDES MENDES LEITE ME
RECORRENTE: OITAVA TURMA DE JULGAMENTO DA SUJUP-II GETRI
RECORRIDO: RESOLUÇÃO

214/2016

EMENTA: CREDITAMENTO INDEVIDO DO IMPOSTO (ICMS) - VALORES LANÇADOS A TÍTULO DE "OUTROS CRÉDITOS" - ILICITUDE PARCIALMENTE CARACTERIZADA - AÇÃO FISCAL PARCIALMENTE PROCEDENTE - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA.

No mérito, há provas nos autos de que o sujeito escriturou em livro próprio rubricas de "outros créditos" a título de "empresas do Simples Nacional" sem comprovação de origem. Entretanto, o lançamento se mostrou parcialmente desprovido de provas materiais válidas ao utilizar o Livro de Registro e Apuração do ICMS modelo P9 em relação ao exercício de 2014, vez que, nesse período, o sujeito passivo estava obrigado a apurar o imposto em meio digital, por meio da Escrituração Fiscal Digital (EFD), fazendo inócua a prova acostada aos autos pelo Auditor Fiscal autuante referente a esse exercício, razão pela qual procede parcialmente a ação fiscal.

DECISÃO

ACORDA a Primeira Câmara de Julgamento do Conselho Estadual de Recursos Fiscais em conhecer do recurso e, por maioria de votos, negar-lhe provimento, para manter a decisão de primeira instância que julgou parcialmente procedente a ação fiscal e parcialmente subsistente o auto de infração, de conformidade com o relatório e voto do conselheiro relator que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Vitória, 12 de Setembro de 2017.

GUSTAVO ASSIS GUERRA
Presidente
EDÉSIO MEDEIROS ASSAD
Relator
CÉSAR ROMÉU SOUZA DE LACERDA
Vencido
EMÍLIO AUGUSTO TRINXET B. JÚNIOR
ANDRÉA JULIÃO DE AGUIAR MARGALHÃES
KARLA RENATA BRAZ DE ASSIS
JOSÉ ADÊNIS PESSIN
Vencido
RAFAEL INDUZZI DREWS
Procurador - Representante da Fazenda Pública Estadual

Protocolo 344406

ORDEN DE SERVIÇO SUBSAD N.º 86 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017.

A SUBSECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da delegação de competência atribuída pelo Artigo 1º, incisos XV e XVI da Portaria nº 108-S, publicada no Diário Oficial em 18/08/2016,

RESOLVE:

DESIGNAR, na forma do artigo

52, da Lei Complementar nº 46, publicada em 31/01/1994, o servidor **ÉRICO LUIS BARRIENTOS LEITE**, nº funcional 3302377, substituto do **SUPERVISOR DE ÁREA FAZENDÁRIA, QC-04**, Pablo Bozzi Flores Oliveira, no período de 11/09/2017 a 25/09/2017, por motivo de férias, na Secretaria de Estado da Fazenda.

Vitória, 18 de setembro de 2017.

FABIANA ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado para Assuntos Administrativos
Protocolo 344453

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES -

PORTARIA JUCEES N.º 029/2017

A Presidente da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, no uso da atribuição que lhe confere art. 8º, XVII, da Lei Complementar nº 313, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo no dia 07 de janeiro de 2005.

Considerando o disposto no art. 1º do Decreto 4131-R de 18 de julho de 2017, que prevê a instituição da **Unidade Executora de Controle Interno - UECI**, definida no inciso IX do art. 3º da Lei Complementar nº 856/2017 de 16 de maio 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR no âmbito da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES a **Unidade Executora de Controle Interno - UECI**.

Art. 2º - As competências da **Unidade Executora de Controle Interno - UECI** são as estabelecidas no art. 3º do Decreto nº 4311-R/2017 de 18 de julho de 2017 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - As atividades de competências da **Unidade Executora de Controle Interno - UECI** serão exercidas por uma **Comissão Permanente de Controle Interno**, subordinada à Presidente da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES.

Parágrafo Único - A comissão permanente referida neste artigo será composta pelos seguintes servidores:

Coordenadora:
Lusana Oliveira Santos - matrícula funcional nº 2838370

Membros:
Eber Gonçalves Cordeiro - matrícula funcional nº 3030830
Vilma Marcelino de Lima - matrícula funcional nº 2710129

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 18 de setembro de 2017
Letícia Rangel Serrão Chieppe
Presidente da JUCEES
Protocolo 344358

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 0005/2017 REGISTRO INTEGRADO/ES

Partes: Junta Comercial do Estado do Espírito Santo X Município de Colatina.

Vitória (ES), Terça-feira, 19 de Setembro de 2017.

Objeto: Integração de cadastro e intercâmbio de informações por intermédio do REGISTRO INTEGRADO/ES.

Vigência: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de publicação deste extrato no DIO/ES.

Repasse: Não há transferência de recursos financeiros.

Vitória, 18 de setembro de 2017.

Letícia Rangel Serrão Chieppe
Presidente da JUCEES
Protocolo 344463

Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES -

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CARGA E DESCARGA, N.º 125764.

DAS PARTES: BANESTES S.A.- BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO X NEXUS TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA ME.

OBJETIVO: - Alterar a redação do Item "II" da Alínea "a" e da Alínea "b", ambas previstas no Parágrafo Nono da Cláusula Segunda do Contrato ora aditado; - Alterar a forma de pagamento prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda do contrato ora aditado.
Vitória, ES, 18/09/2017

GEACO/COSER
Protocolo 344480

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

CONVOCAÇÃO EDITAL N.º 14 - 004/2017

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo (Região Centro-Sul) Médico Endocrinologista, Médico Geriatria, Médico Neurologista, Médico Clínico Geral, Médico Infectologista, Médico (Área de Atuação Pediátrica) e Médico Pediatra, (Região Metropolitana) Médico do Trabalho, Médico Pneumologista, (Região Nordeste) Médico Nefrologista e Médico Urologista, (Região Noroeste) Clínica Médica, Médico Ginecologista e Médico (Área de Atuação Pediátrica, (Região Centro-Oeste) Médico Cirurgião Geral, para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no **Edital 004/2017**, a **listagem dos convocados se encontra publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **21/09/2017, no horário de 9h00 as 11h00 e de 13h30 as 16h30** conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do CADASTRO DE RESERVA, sem a expectativa

Vitória (ES), Terça-feira, 19 de Setembro de 2017.

imediate da formalização do contrato.

Vitória, 18 de setembro de 2017

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 344423

CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 34 - 001/2017

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo Seletivo (Região Nordeste) Médico Endocrinologista, Médico Geriatra, Médico Neurologista e Médico Hematologista, (Região Noroeste) Médico Endocrinologista para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no **Edital 001/2017, a listagem dos convocados se encontra publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **21/09/2017, nos horários de 09h00 as 11h00 e de 13h30 e 16h30** conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do **CADASTRO DE RESERVA, sem a expectativa imediata da formalização do contrato.**

Vitória, 18 de setembro de 2017

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 344427

CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 069 - 113/2016.5

Cronograma de Chamada (2ª etapa do Processo Seletivo **(Região Metropolitana) Técnico em Enfermagem, (Região Nordeste) Fisioterapeuta** para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 113/2016.5.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no **Edital 113/2016.5, a listagem dos convocados se encontra publicado** no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **21/09/2017, no horário de 09h00 as 11h00 e de 13h30 as 16h30** conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do **CADASTRO DE RESERVA, sem a**

expectativa imediata da formalização do contrato.

Vitória, 18 de setembro de 2017

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 344429

PORTARIA 332-S, DE 18/09/2017

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 003-R, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial de 13/02/2015, e tendo em vista o que consta do processo 79538703/2017/SESA

RESOLVE

Art.1º - INSTITUIR a Comissão de Monitoramento e Avaliação para fiscalização dos Contratos de Gestão referente ao gerenciamento dos Hospitais Estaduais gerenciados por Organizações Sociais, nos termos dos artigos 29, 31 e 32 da Lei Complementar Estadual nº 489, de 22 de julho de 2009 e dos artigos 4º, 5º, 6º e 23º do Decreto nº 2484-R, de 10 de março de 2010.

Art.2º - A Comissão de que trata o Artigo 1º, ficará vinculado a Gerência de Controle, Monitoramento e Avaliação de Serviços de Saúde (GCMASS), sendo composta pelos seguintes membros:

ANA CLAUDIA COSTA NOGUEIRA
LOPES BURKE
ANA LUCIA MARABOTI FRIQUES
ARNALDO LEAL JÚNIOR
BRUNO DE CARVALHO NUDEM
CLAUDIO CAVALCANTE DE ALMEIDA
CLEBER EDUARDO DOS SANTOS
JOSÉ LEONARDO BARROSO MAFRA
JOSÉ LUIS PETERLI DAS NEVES
JULIANA MARIA DE SOUZA FALCÃO DE OLIVEIRA
MARIA APARECIDA DE SOUZA
MARIANA BARCELOS NETA
MARIA DO ROSÁRIO SOUSA
IARA CRESTINA LAGE
FERNANDA NASCIMENTO GOMES
ROVENNA CASAGRANDE
VIOLETA VARGAS LODI

PARÁGRAFO ÚNICO - A Comissão de Monitoramento e Avaliação terá um coordenador escolhido pelos pares, por intermédio do qual se reportará diretamente a GCMASS e ao Secretário.

Art.3º - Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - Acompanhar o desenvolvimento do programa de trabalho e metas estabelecidas no contrato de gestão, por meio do monitoramento das atividades realizadas;

II - Requerer, a qualquer momento, a apresentação de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo

III - Avaliar os relatórios apresentados pela organização social, bem como a prestação de contas,

obrigatória ao final de cada exercício financeiro, comparando-os com os relatórios técnicos de monitoramento;

IV - Elaborar e encaminhar ao dirigente do Órgão Estatal Supervisor e ao Secretário da SEGER relatório conclusivo da avaliação procedida;

V - Comunicar, imediatamente, ao Secretário de Estado do Órgão Estatal Supervisor e ao Secretário da SEGER, mediante relatório circunstanciado, as irregularidades ou ilegalidades de que tiver conhecimento, envolvendo a utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, assim como à Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT e à PGE;

VI - Manifestar-se pela continuidade do Contrato de Gestão e sobre a liberação dos repasses financeiros;

VII - Executar os demais atos ne-

cessários ao desempenho de suas atribuições.

Art.4º - A Comissão emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pela Organização Social na execução do contrato de gestão, bem como sobre a economicidade e desenvolvimento das respectivas atividades, nos termos do Art. 3º e dos demais dispositivos legais e contratuais, e o encaminhará a GCMASS que o enviará ao Secretário de Estado da Saúde 15 dias contados do recebimento dos relatórios da OS.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos em 01/09/17, revogando-se as Portarias 294-S, de 13/07/15, 095-S, de 15/03/16, 416-S, de 19/10/16 e 155-S, de 27/04/11.

Vitória 18 de setembro de 2017

FABIANO MARILY
Subsecretário de Estado da Saúde
Protocolo 344476

PORTARIA 333-S, DE 18/09/2017

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria 003-R, de 12 de fevereiro de 2015, publicada no Diário de 13/02/2015, e tendo em vista o que consta do processo nº 79500013/2017/SESA, e,

CONSIDERANDO

o Decreto nº 2340-R, de 26 de agosto de 2009, publicado em 27/08/2009, que instituiu o Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado;

a necessidade de aumentar a eficiência dos processos administrativos;

a necessidade de migração dos bens de consumo do almoxarifado do SISMAT para o sistema SIGA;

a importância de a Administração Pública dispor de um sistema de controle de utilização dos recursos públicos;

a necessidade de austeridade na gestão dos recursos pública.

RESOLVE

Art.1º - DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados, para constituírem a Comissão de Inventários da Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, da Secretaria de Estado da Saúde, conforme previsto no Decreto nº 2340-R, de 26 de agosto de 2009, publicado em 27/08/2009.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	
NOME	Nº FUNCIONAL
CRISTIANE CHAVES PEREIRA	3519856
ELISANDRA CHAMON DE SOUZA	1553216
MARIA HONÓRIA BASONI SILVA	1518488
PATRÍCIA QUAIIOTO	3767710
RENATA DE SOUZA PICOLI CALLEGARI	3452530
RENATO GERALDO DA SILVA	1552813

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Vitória 18 de setembro de 2017

CARLOS LUIZ TESCH XAVIER
Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 344498